

## Informa

*Notícias e Atualidades sobre Comércio Exterior*

# **DESENVOLVIMENTO DO SETOR PORTUÁRIO FOI DISCUTIDO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**



Os deputados João Paulo Papa (PSDB) e Alexandre Valle (PR) convocaram uma Audiência Pública na Comissão de Viação e Transportes (CVT), na Câmara dos Deputados, para debater o futuro das Companhias Docas e as funções essenciais das Autoridades Portuárias para o desenvolvimento do setor portuário nacional.

A Audiência Pública, realizada em 4

de junho, contou com a presença de Adalberto Tokarski, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); José Alfredo, Assistente de Coordenação Geral de Desempenho e Tecnologia em Informações Portuárias, representando o Secretário Nacional de Portos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Diogo Piloni, Diretor de Programas, representando a Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos da Secretaria Geral da Presidência da República; Eduardo Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP); Sérgio Aquino, Presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários (FENOP); Casemiro Carvalho, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias e Wagner Moreira, representando a Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP).

Adalberto Tokarski mencionou os programas de parcerias e investimentos com o setor privado que a ANTAQ está idealizando, principalmente sobre avanços em soluções e conceitos de portos, além dos avanços dos Decretos nº 8.033/2013 e nº 9.048/2017, que alteram as disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias, que podem resultar em economia de tempo de até 70% nos processos. Tokarski reconheceu a existência de graves deficiências nos processos, que geram muitos prejuízos em portos como Santos, Porto do Rio Grande e São Francisco do Sul, que necessitam de modernização urgente.

Um dos aspectos debatidos foi o atual marco regulatório da Lei nº 12.815/2013, que abriu caminho para a instalação e exploração de terminais privados fora do porto organizado, mudança que está impactando os portos públicos que, menos eficientes e com regras

## Informa

### Notícias e Atualidades sobre Comércio Exterior

mais rígidas, estão perdendo espaço e cargas para os terminais privados, impedindo-os de executar parcela relevante de seus orçamentos. A Lei foi citada por José Alfredo, que reforçou a importância da modernização portuária.

A participação privada na administração portuária foi abordada por Diogo Piloni, que citou alguns problemas atuais da gestão das companhias, como por exemplo os prejuízos contínuos e a dificuldade na manutenção e modernização da infraestrutura, dependendo principalmente de aportes da



União. As vantagens da gestão privada são eficiência e flexibilidade, que geram mais produtividade e melhores serviços. Piloni referiu-se também ao desafio de regulação pela ANTAQ, assumindo um papel regulatório mais relevante para equilibrar a demanda do poder público e liberdade de atuação do setor privado.

Para Sérgio Aquino, a revogação da lei 8.630/93, que seguia as melhores práticas mundiais, foi desnecessária e a MP 595/2013 trouxe um impacto negativo para o setor. Aquino falou sobre a lei 12.815/2013 e o Decreto 8.033/2014, em relação ao sistema portuário público centralizado, a centralidade de decisões em relação ao Ministério dos Transportes e ANTAQ e as consequências parciais do atual modelo implantado, tais como o enfraquecimento da administração portuária local com problemas financeiros. Sobre o modelo atual, Aquino afirmou que “os Portos são instrumentos de Estado e não de Governo”.

Wagner Moreira destacou que a revisão do Decreto 8.033/2017 foi um excelente passo adiante na desburocratização, aumento da segurança jurídica e destravamento de investimentos.

Houve também a apresentação de indicadores de desempenho portuário e comentários sobre alguns modelos de portos descentralizados no Mundo, como Los Angeles – Long Beach e New York – New Jersey, que são administrados pelos próprios municípios. Também foi discutido na Audiência quais as perspectivas para o Setor portuário em relação ao cenário para os próximos 25 anos e sobre as atribuições das Companhias Docas e a implicância para desenvolvimento do setor portuário nacional.

**Tatiane Mary de Mesquita Moura, Assessora de Relações Governamentais e Institucionais do SINDICOMIS/ ACTC.**